

ESTUDOS CULTURAIS: TENSÕES CRÍTICAS

Cultural Studies: Critical Tensions

Fabiana Carneiro da Silva*

Se fosse-nos possível, começaríamos este artigo com a definição daquilo que se configurará como nosso principal objeto: os estudos culturais. No entanto, tal tarefa apresenta-se, desde início, impossível de ser realizada, fato que confere limites às nossas pretensões. Estas, por sua vez, não são poucas, mas reconhecemos a dificuldade de tratar de discursos – que, como o leitor verá, se intersectam e estabelecem entre si relações de continuidade, descontinuidade e fissuras – de modo a evitar uma lógica binária e reducionista. Ana Rosa Neves Ramos (1999, p. 207) corrobora nossa observação, ao chamar atenção para a ausência de um campo específico ou metodologia definida para os estudos culturais. Ela escreve:

Se há escolha metodológica, esta advém da prática, quer dizer, ela é pragmática, estratégica e auto-reflexiva [...] Para os EC [estudos culturais] é problemático adotar de forma acrítica qualquer prática disciplinar formalizada pela academia, posto que elas trazem consigo uma herança de investimentos e exclusões e uma história dos efeitos sociais (classificações e hierarquias) que os EC estariam freqüentemente inclinados a repudiar.

O movimento de utilização das estratégias analíticas e interpretativas da crítica literária para leitura de outros objetos revela uma crescente aceção da cultura como construção discursiva. E o simultâneo interesse por formas literárias, ficcionais, de construção de identidades intensifica o

* USP

impacto gerado pelos estudos culturais na teoria literária. Soma-se a isso, como bem assinala Karl Scholhammer (2000), a tendência à interdisciplinaridade disseminada nos departamentos de literatura comparada que, ao incluir em suas pesquisas as relações da literatura com outros sistemas de representação (como artes plásticas e tecnologias de comunicação), borra os limites entre as áreas.

A disciplina “Estudos Culturais” nasceu na Inglaterra e seus fundadores – Raymond Willians e Edward P. Thompson – estavam ligados à formação das classes populares e em estreito contato com a New Left, cuja emergência nos anos 1960 significa um renascimento das análises marxistas. Sem embargo, dão um passo adiante a essas análises ao assinalarem que é impossível abstrair a cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social. Nesse sentido, retomam os limites da teoria marxista, sobretudo da ideia de que a infraestrutura (cuja base são os meios de produção e, em última instância, a economia) é determinante em relação à superestrutura, na qual estaria inserida a cultura.

Os estudos culturais propuseram-se a fazer das culturas populares, dos valores e conhecimentos produzidos por aqueles que estão à margem da cultura dominante e dos produtos da cultura de massa objetos dignos de um investimento erudito, com a pretensão de interrogar “as funções que esses objetos assumiam perante a dominação social” e em que medida esses “discursos ou símbolos [davam] aos grupos populares uma consciência de sua identidade e de sua força, ou [participavam] do registro ‘alienante’ da aquiescência às idéias dominantes”. Desta maneira, transgrediam as hierarquias acadêmicas que apenas legitimavam “nobres objetos” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 45)

Rapidamente, houve uma expansão e fragmentação das pesquisas culturalistas, que passaram a ter como objeto a etnicidade, os gêneros, a sexualidade, as gerações, os questionamentos sobre as identidades e subjetividades (estudos em torno das chamadas culturas subalternas ou pós-coloniais). Essa ampliação adquire maior notoriedade quando ocorre nos EUA, país em que a vertente marxista dos estudos culturais, advinda da Inglaterra, entrará em contato com as teorias pós-estruturalistas, como o desconstrucionismo, recebidas da França. Tais ideias serão incorporadas pela teoria literária brasileira das mais diversas formas. Os estudos culturais surgem, assim, por um lado como ampliação da metodologia da crítica literária a outros objetos que não a literatura (essa ampliação tem como pressuposto a demonstração de que as estruturas sociais revelam-se em outros produtos culturais); e, por outro, como contestação do cânone que estaria ligado a um discurso, que, sob a aparência de homogeneidade e coesão, anula ou ignora as diferenças, as alteridades e as fissuras. Os estudos culturais interrogam

os critérios de legitimação do literário e instauram possibilidade de criação de novas “cartografias literárias”, isto é, novos mapas que tentem dar conta das diversas ramificações que tecem uma malha complexa.

Contudo, muitos teóricos enxergam no desenvolvimento desta complexa disciplina uma perda de distanciamento crítico e um processo de despolitização. Alcir Pécora, professor da Unicamp, em um debate realizado na Universidade de São Paulo, em junho de 2008, descreve a situação atual como catastrófica, digna de lágrimas e lamentos. De acordo com o crítico, destruídos os paradigmas de representação, nos encontramos em um lugar aporético. A fragmentação e especialização teriam provocado nas humanidades o rebaixamento das preocupações, o não aprofundamento, trabalhos meramente quantitativos, ou seja, uma produção rasteira que “macaqueia os procedimentos que tiveram êxito nas ciências exatas”.

Em outro nível, geraram a formação de guetos sociais e políticos, que passaram a falar por si na defesa de seus próprios interesses, substituindo o princípio representacional por um princípio nominalista em que o universal deixa de ser possível, só se pode falar pelo “nós”. Para Pécora, essas transformações são negativas e responsáveis pela perda de força da literatura e da crítica. Esta incapacidade de falar pelo todo, também se associa e limita-se a grupos. Decorre-se disso o surgimento, sobretudo na teoria literária balizada pelos EUA, de vários “*Studies*”.

A explicitada tensão suscitou na teoria literária a necessidade de revisão de seus postulados, é desta missão, entre outras coisas, que se incumbem Roberto Schwarz e Alberto Moreiras. Ambos teóricos destacam-se por possuírem trabalhos voltados para uma reflexão aguda e atenta às contradições de nossos tempos. Dessa maneira, a partir de diferentes pressupostos, realizam uma significativa análise da cultura e de como a literatura – com suas especificidades, funções e transformações – relaciona-se com seu contexto histórico e social. Dentre as possíveis convergências encontradas no discurso crítico produzido por eles, a priori, seria interessante atentar para uma espécie de diagnóstico do estatuto da crítica contemporânea.

Em entrevista à revista *Literatura e Sociedade*¹, Schwarz, ao comentar que passa por um momento de revisão dos rumos de seu trabalho, sugere que devido à influência da globalização e à maciça entrada do mercado e da mídia na cultura, os pressupostos da crítica dialética possam estar desaparecendo:

¹ *Literatura e sociedade*. Departamento de teoria literária e literatura comparada/ Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo-(2002). São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC, 2002. p. 14-39.

Acontece que vivemos um momento em que essa idéia de sociedade como algo circunscrito, com destino próprio, está posta em questão, para não dizer que está em decomposição. [...] E no campo das obras, com a entrada maciça do mercado e da mídia na cultura, é voz corrente que a idéia de arte mudou, e é possível que o padrão de exigência do período anterior tenha sido abandonado. Talvez os pressupostos da crítica dialética estejam desaparecendo.

Moreiras (2001) também questiona o poder analítico da Teoria Literária na compreensão da contemporaneidade; para ele, o recente processo de câmbios estaria sendo responsável por uma série de reconfigurações que afetam diretamente a Literatura e a Teoria Literária, enfraquecendo a capacidade crítica produtiva dessas áreas.

No que confere aos estudos culturais, desde Schwarz e Moreiras, podemos assinalar como principal núcleo da tensão entre esta disciplina e os estudos literários o trato com a dimensão estética das obras. Schwarz reconhece que na atual configuração histórica a oposição popular *versus* erudito, nos termos que até então existia, esvaziou-se. Porém, isso não implica uma mudança substancial na forma de valoração que a crítica materialista desenvolve, pelo contrário, segundo ele, tais mudanças colocam a crítica em uma posição difícil, mas passível de se situar com exigência máxima diante da cultura:

[...] Eu acho que uma posição possível hoje é imaginar que a crítica estética de tipo mais exigente possível, do tipo que se formou na análise do âmbito erudito, se torne um ângulo geral para a análise crítica da sociedade contemporânea [...] uma posição, se a gente quiser dar o rótulo, mais ou menos frankfurtiana (SCHWARZ, 1999, p. 291).

Uma das principais críticas feita por Schwarz aos estudos culturais é a falta do interesse nas questões estéticas, que diminuiria muito o alcance desta disciplina. Esse raciocínio justifica a atribuição de privilégio a uma alta cultura, considerada detentora de produtos culturais – como a Literatura – que teriam, graças ao poder da configuração estética e ao fetiche que os envolve e os difere do fetichismo das mercadorias, elementos de luta e resistência, os quais poderiam, inclusive, vir a funcionar como opositores do sistema capitalista.

Existem algumas leituras que procuram identificar Schwarz aos estudos culturais, um tipo de estudos culturais brasileiros, e utilizam a

leitura do diário *Minha vida de Menina*, de Helena Morley, presente na obra *Duas Meninas*, como exemplo de prática schwartziana culturalista. A esse respeito Schwarz (1999, p. 238) escreve:

Eu estava interessado em explicitar o sistema de relações sociais, pontos de vista, registros de dicção, etc. que foi engendrado pela história do país e que pode tanto animar uma obra artística como organizar o diário despretensioso de uma adolescente. É isso que chamei de matéria brasileira [...] “Um **resultado similar** pode ser obtido pela análise de muitas outras obras importantes da cultura brasileira, suspeito que possam ser **quase** todas (grifos meus).

A citação retoma argumentos que, em princípio, apresentam convergência com os dos estudos culturais, porém, na prática, revelam significativas diferenças. Notamos que em análises literárias schwartzianas, tal comparação é atípica e que a abertura a obras não canônicas dificilmente está presente na postura daqueles cujas metodologias de avaliação crítica estão filtradas por conceitos adornianos. Para Adorno (de quem o próprio Schwarz afirma ter muita influência), o critério que define o que é arte e o que é literatura é rigoroso, e inclui somente o que poderíamos chamar de arte Erudita, vide restrições adornianas ao jazz ou à produção das vanguardas europeias.

Além disso, nas palavras de apresentação do referido livro/diário, Schwarz (após especulações sobre a autoria de Helena – há um “mistério” em torno dos manuscritos que nunca foram vistos) afirma: “Sem favor, ‘Minha vida de menina’ é um dos livros bons da literatura brasileira, e não há quase nada à sua altura em nosso século XIX, se deixarmos de lado Machado de Assis” (1999, p. 47). Essas breves pontuações elevam o livro/diário à condição de uma escrita diferente, digna de ser analisada, por tratar-se de uma obra que apresenta qualidades sem ter pretensões e auxílio de uma técnica artística. No caso da descoberta de fraude na autoria: “Muito do que em espaço de registro parecia um dado vivo e curioso, num espaço de composição estrita fará figura tosca, pseudo-ingênuo, de insuficiência artística”

Já Moreiras (2001, p. 11-41) reconhece que a disciplina “Estudos Culturais” está em um estágio no qual os próprios praticantes desconhecem seu potencial. Fazendo referência ao encontro da Associação Brasileira de Literatura Comparada de 1996 – que teve o embate entre os estudos literários e os culturais como mote –, ele observa que a força resultante da violência divisória e fundadora dos estudos culturais logo se tornou conservadora, ao passo que a violência dividida e conservadora dos estudos literários, em sua luta pela preservação do poder, revelou guardar em si um espírito de resistência que poderia dar origem a novas formas de irrupção.

Entretanto, o fato de os estudos culturais atravessarem uma crise, em parte já descrita aqui, não restitui, para Moreiras, a validade da crítica de viés adorniano/materialista. O crítico espanhol enfatiza que até mesmo a estética virou mercadoria, e que não há mais nenhum espaço que possa estar fora da dinâmica do capital, o que inclui a Arte, seja ela qual for. Moreiras concentra seus esforços na interrogação dos paradigmas epistemológicos vinculados à modernidade, e, neste caso, no que o apego aos valores estético poderia estar ocultando, ou seja, em que medida esses valores poderiam funcionar somente como “repositórios ideais da ideologia sedimentada” (2001, p. 300). Longe de achar que os estudos culturais configuram-se como saída, acredita que essa disciplina possa ter força para propor uma reflexão que não tenha o valor estético, necessariamente, como base e princípio.

O núcleo da questão estaria no fato de a globalização ter logrado promover uma mudança notável no modo com que as pessoas devem se adaptar à vida diária e à simbólica, e, entretanto, não ter provocado um questionamento radical das maneiras com que o discurso da universidade molda e é moldado por seu objeto. Uma mudança significativa na vida das pessoas não poderia ser compreendida de modo adequado através de pequenos ajustes em formas já há muito instituídas de representação latino-americana.

Na Universidade de São Paulo (USP), hoje, destacam-se as pesquisas sob o viés da escola, nomeada “Literatura e Sociedade” que, associado ao peso institucional dessa universidade, tornou-se hegemônico no campo da teoria literária brasileira – pelo menos num primeiro momento e a partir do lócus de enunciação deste trabalho (a própria USP), essa noção de hegemonia, porém, é passível de ser matizada.

Os estudos literários brasileiros foram primeiramente institucionalizados por Antonio Candido, que incluiu neles objetos e métodos que participavam de um projeto de construção da identidade nacional. O histórico fornecido pelo *site* do departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP informa-nos que a área de teoria da literatura passou a existir a partir de 1961, graças a um pedido de Candido: “O curso nascia, nas palavras do próprio Candido, com o intuito de ‘ensinar de maneira aderente ao texto’ e procurando mostrar de que maneira os conceitos lucram em ser apresentados como instrumentos de prática imediata, isto é, de análise”. Em 1964, Roberto Schwarz é contratado e, em 1990, a área é oficialmente transformada em departamento.

Schwarz, nesta direção, foi responsável por elaborar e dar novos rumos aos estudos desta corrente, iniciados por Antonio Candido, e, em parte, consolidar seu o projeto, no que este tem de sociológico, isto é, a tentativa de propor uma leitura da sociedade brasileira via literatura. Praticante de uma crítica imanente, como dissemos, Schwarz toma as obras literárias como

fechadas, altamente estruturadas e portadoras de forma, com capacidade de revelação, perspectiva que confere ênfase à relação da forma artística com a realidade material. A ideia remete-nos diretamente a Adorno (1982, p. 252-257), segundo o qual o que há de mais social em uma obra de arte é a sua forma, pois é ela que, mais do que seu conteúdo temático e mais do que seu modo de produção, a coloca objetiva e materialmente como um dos elementos da contradição social. A realidade e dinâmica social estão presentes em uma obra de arte de maneira transfigurada e independem da vontade do autor.

Como bem assinalou Flávio Moura (2005) em sua tese de mestrado (ancorado, sobretudo, na teoria de Bourdieu, formulador de uma corrente que procura entender a função social da literatura e o papel do escritor à luz de sua cooptação pelo Estado e pelas instituições hegemônicas, sejam culturais, sociais ou políticas), a construção do valor literário é determinada pela articulação de críticos universitários, a imprensa, as editoras e os escritores e, portanto, há elementos condicionantes por trás da atividade do crítico. As tomadas de posição estão ligadas às disputas travadas no interior desse campo.

Sendo assim, a despeito das questões teóricas concernentes à estética, por exemplo, a força que o discurso identificado com a crítica materialista tem no âmbito literário “uspiano” (segundo Moura, Schwarz dispõe de livre acesso aos canais de consagração simbólica do campo intelectual) pode ser um dos fatores para o rechaço dos estudos culturais. Isso enfatiza o comentário de Luiz Costa Lima (2007), segundo o qual, há uma tendência à aporia atribuída especificamente à esquerda paulista e uspiana que ao interpretar toda discordância como manifestação de incompetência tem seu pensamento limitado, cerrado.

Ana Cecília Olmos (2000, p. 57-71) aponta uma possível explicação para essa rejeição, que não raro se manifesta em críticas ao pós-estruturalismo. Segundo ela, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP foi fundada na década de 30 com a função de “*llevar adelante una reflexión sobre la nación que, bajo el prima del ‘interés general’ definiese una determinada consciencia social*”. Os intelectuais de esquerda brasileiros – atuantes desde as décadas de 1960, 1970 e 1980 – legitimaram-se a partir da filiação institucional à essa faculdade, que já possuía um discurso de saber legitimado pelas gerações anteriores (constituída por intelectuais fundadores de um discurso de interpretação da realidade brasileira, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Celso Furtado) e tiveram que lidar com o fato de a USP ser uma universidade cuja história esteve – e está – vinculada às classes dominantes paulistas, em função de seu projeto de formar novas classes dirigentes para o país.

Não há dúvidas de que esses intelectuais conseguiram introduzir espírito crítico em um espaço dominado pela tradição e pelo dogmatismo. No entanto, o mencionado conflito, até hoje presente nas pautas desta universidade, relaciona-se à produção do saber e aos pressupostos do lugar institucional de onde falam os intelectuais. Como menciona Olmos (2000), o espaço acadêmico da USP caracteriza-se por ter liderado o processo de modernização cultural nacional, mas sem discutir em profundidade nem garantir à sociedade um acesso democrático a esses saberes. Pois bem, o questionamento desse tipo de estrutura e genealogia de poder é um dos principais alvos das teorias pós-estruturalistas.

É também em defesa da tradição local, que as proposições culturalistas são descartadas, antes mesmo de discutidas. Os estudos culturais, por terem sido desenvolvidos e escritos em língua inglesa, representariam uma ameaça imperial ou neocolonizadora. Os estudos literários, sobretudo de inclinação materialista, neste caso, configurariam uma defesa, em nome da ordem nacional, local. Essa questão está posta no célebre texto *Nacional por Subtração* em que Schwarz (1987) revela a ideia de cópia cultural como ideologia – à medida que pressupõe a possibilidade de que a imitação seja evitada – mas não sem antes reconhecer a “verdade relativa” do problema, do “esforço de atualização e desprovincianização em nossa universidade” em que “é fácil observar que só raramente a passagem de uma escola a outra corresponde, como seria de esperar, ao esgotamento de um projeto; no geral ela se deve ao prestígio americano ou europeu da doutrina seguinte”(1987, p. 30). Nas palavras de Schwarz, são poucos – como Antonio Candido – os que conseguem dar continuidade ao trabalho dos seus predecessores de maneira crítica e dinâmica.

Ele afirma, ainda, o retrocesso que pode significar descartar os estudos ligados às problemáticas nacionais, já desenvolvidos pela crítica local, em prol de novas teorias, como os estudos culturais. A seu ver, a crítica brasileira atingiu um patamar “altamente sofisticado” de análise – iniciado por Antonio Candido em seus ensaios *O Cortiço* e *Dialética da Malandragem* – no qual as categorias de raça e sexualidade, por exemplo, foram construídas e inseridas “dentro de uma terminologia abstrata, dentro de uma formulação desligada de processos históricos particulares e de uma tomada de consciência histórica, que tem a história nacional atrás”(SCHWARZ, 1999, p. 298). Entretanto, faz-se necessário observar que, o que Schwarz define como crítica brasileira diz respeito a uma das correntes – não por acaso aquela da qual o mesmo faz parte, talvez, como já sugerimos, a de maior capital simbólico, existente no campo crítico brasileiro.

Marcos Natali (2007), ao comentar a necessidade da continuidade postulada por Schwarz, escreve que “uma das ironias de nosso meio é que em

nome da fidelidade a esta tradição [nacional], que é também a da crítica ao favor, é gerada uma situação em que é comum que a continuidade pareça ter valor próprio e as ideias sejam julgadas não por sua energia crítica, mas por sua origem”. Ou seja, desfeita essa lógica, a intenção em dar continuidade a um projeto ou pensamento local de maneira realmente crítica, ou de criar mediações pertinentes para outras matrizes teóricas que não o marxismo – como o gesto crítico de Silviano Santiago, que interpreta nossa realidade sócio-histórica desde uma releitura das teorias desconstrucionistas –, não impediria a abertura ao que, em termos teóricos, está sendo produzido internacionalmente, a não ser que implícita a essa restrição/censura esteja a convicção em uma inferioridade intelectual do local.

Marcos Siscar (2006, p. 5) explicita que, muitas vezes, sob o pretexto da constituição de uma “tradição crítica local”, quando não simplesmente em nome de valores estéticos e humanísticos, instaura-se uma lógica anti-intelectualista que se opõe (até mesmo através do silêncio) de maneira sistemática àquilo que muito genericamente poderíamos chamar de teoria contemporânea [e aqui podemos inserir os estudos culturais], qualquer que seja a tendência política. É frequente a acusação de leviandade ou deslumbramento juvenil aos pensadores que se “arriscam” a refletir e dialogar com essas teorias.

Há, de acordo com Siscar (2006), uma predisposição da teoria em amparar-se em uma visão do real (e da história em particular) como coisa dada, realidade fechada, desconsiderando que “a história está mais ligada a um regime de discurso da interpretação do que ao regime do discurso do fato”. Logo, “o fato de o teórico brasileiro produzir trabalho de relevância sobre o cultural não basta para participar da tradição brasileira; ele deve, fundamentalmente, identificar-se com as questões teóricas já associadas com essa localidade” e à visão de real que ela tem.

Dessa maneira faz-se necessário que as outras vozes críticas dialoguem com essa tradição instaurada como forte. Argumentos que enxergam na tentativa de “oposição” apenas uma busca de legitimação ou mudança do paradigma colocam-na em um lugar aporético, que a obriga a calar-se, e ser ignorada, ou a falar, e nesse caso ser novamente enquadrada em tais acusações. Isso contribui para a formação de redes de relações, grupos de afinidades, interações baseadas em autocelebração coletiva ou antipatias recíprocas, que, nas palavras de Moura (2005), fortalecem a figura do crítico. Elogia-se quem “vale a pena”, quem é importante no campo, pois com isso o crítico demonstra conhecer os códigos e a hierarquia deste campo, podendo assim colher de volta a consagração implicada em tal atitude.

Outra forma interessante de descrição destas tensões, adotada por Moura (2005), é a utilização da dicotomia ortodoxos e heréticos, isto é,

ortodoxos seriam os que monopolizam o capital específico de um campo, e por esse motivo estariam inclinados a adotar estratégias de conservação. Os heréticos realizariam estratégias de subversão, justamente por serem menos dotados de capital simbólico, e como tal, verem-se diante da necessidade de interferir com mais força na disputa, sob pena de perder cada vez mais seus espaços de atuação. Mas é claro que não é somente do campo “uspiano” que partem críticas aos estudos culturais, não raro dirigidas indistintamente, como dissemos, às teorias pós-estruturalistas.

Juntamente, e ao mesmo tempo para além das motivações teóricas e de campo, estão presente no debate as motivações políticas. O capitalismo estabeleceu relação simbiótica com a democracia – cidadão passa a ser o equivalente a consumidor – e nisso está assentada a teia descrita acima. Ítalo Moricone (1998 p. 66) ressalta a simbiose existente na relação mercado e democracia, interrogando:

Será possível separar uma problemática qualquer (cultural, econômica, política) relativa ao mercado, de uma outra problemática, paralela, relativa à democracia? Ou em outros termos: investir contra o mercado não acabaria por significar, sempre, investir também contra a democracia? O que relativiza radicalmente os valores simbólicos? O mercado? A democracia? Ou ambos, naquela necessidade mútua entre eles postulada desde sempre pela tradição liberal?

No plano global, estas transformações – relacionadas ao referido estágio em que o capital por um lado, teria tornado-se “volátil” (transnacional), impossibilitando a localização de sua origem e o controle de sua circulação e, simultaneamente, por outro, teria se expandido de tal modo que a reificação atingira praticamente todos os níveis da vida – correspondem ao período que é entendido por alguns teóricos como pós-modernidade.

Vislumbramos um processo de generalização da estética que difere-se do esteticismo do século XIX e da tentativa de estetização da vida promovida pelas vanguardas do início do século XX. Tal processo executa uma desestetização do campo interior ao que é definido como arte e de estetização do campo que é exterior, a qual explicita um constante deslizamento de valores e a problematização da ideia de autonomia do objeto artístico, ao colocar em cena problemáticas como a “espetacularização” da política, a venda/consumo de estilos de vida, a centralidade da imagem e outros fenômenos que evidenciam a utilização da forma estética como mercadoria. O modo primeiro de apresentação da experiência estética estaria dando-se não mais por meio da arte, mas sim dos suportes e dos dispositivos de media-

ção da cultura de massas, ou seja, dos meios de comunicação e publicidade (MONTEIRO, 1998, p. 204).

A teoria literária e a literatura, como era de se esperar, também foram atingidas por essa reorganização. Sendo assim, as denúncias da arbitrariedade da constituição dos cânones, de sua estreita relação com o projeto de formação de nação, dos vínculos entre sistemas canônicos e desigualdade social e entre critérios de exclusão estética e experiências de exclusão social motivaram uma crescente revisão e criação de novos cânones e parecem ser, até então, a maior contribuição dos estudos culturais.

A função política da crítica literária, portanto, é uma das coisas que está em jogo nesta disputa. Para uma parcela da esquerda brasileira, comprometida, via materialismo, com a construção de um significativo discurso de interpretação de nossa história, o pós-estruturalismo e as outras correntes que de alguma maneira o incorporam (como os estudos culturais norte-americanos), constituiriam uma adesão ou cooptação ao neoliberalismo. As ações criadas em nome da igualdade anulariam o conflito, esvaziariam seu caráter político – ao situá-lo exclusivamente no âmbito da cultura – e teriam como efeito a liquidação da reflexão dialética e, contraditoriamente às suas supostas intenções, o aprofundamento das desigualdades.

Sem embargo, nos enunciados advindos dessa mesma esquerda, da qual fazem parte teóricos como Francisco de Oliveira e Roberto Schwarz, as perspectivas de uma efetiva transformação socioeconômica estrutural são escassas, solicitando inclusive uma revisão dos conceitos marxistas à luz das inéditas configurações: a força de trabalho deslocada, a classe operária representativamente no poder (através do Partido dos Trabalhadores), representantes das grandes corporações na estrutura administrativa dos Estados e pouco, ou nenhum, sistema social de resistência organizado. O fracasso do desenvolvimentismo e a degradação neoliberal não deixaram espaço para esperanças ou otimismo, liquidaram a utopia de uma revolução, já que nas configurações históricas e materiais atuais deixaram de existir condições para sua realização. O futuro próximo, assim como o diagnóstico do presente, é catastrófico.

A ideia de utopia, porém, segue constando no horizonte imaginário da crítica desconstrucionista e dos estudos culturais, neste caso como “(im) possibilidade de transcendência” – formulação derridiana – e não exatamente como projeto político convencional. Em consonância com isso, o diagnóstico do presente deixa de ter tom catastrófico e ganha outro acento, no qual, por exemplo, organizações civis ligadas ao terceiro setor ou movimentos de reivindicação de políticas identitárias (as chamadas micropolíticas), podem ser considerados positivamente significativos.

A importância de grupos até então ignorados ou anulados, por um discurso hegemônico de pretensões universalistas, estarem ganhando voz é inegável. Assim como a emergência de certa produção literária até então marginalizada, que possibilita o questionamento dos pressupostos de valoração estética. A crítica literária já não tem como fechar os olhos a isso. Para que ela possa continuar existindo, o crítico deve inserir-se entre o campo da literatura e o decoro de cada objeto, e procurar responder a cada leitura as seguintes perguntas: o que importa analisar? Para quem? Por quê? Como?

RESUMO

Este trabalho objetiva construir uma breve discussão sobre a recepção dos estudos culturais no campo literário “uspiano”. Para tal, nos apoiaremos sobretudo nas proposições de Roberto Schwarz e Alberto Moreiras, presentes em textos publicados nas décadas finais do século XX, e também nos escritos de outros críticos significativos para o debate.

Palavras-chave: Teoria literária; estudos culturais; crítica.

ABSTRACT

This work aims at developing a brief discussion on the reception of cultural studies at USP's literary field. We will therefore underpin this debate mainly on Roberto Schwarz's and Alberto Moreiras' proposals extracted from articles published on the last decades of the 20th century, as well as on the writings of other significant critics.

Keywords: Literary Theory; cultural studies; critic.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LIMA, Luiz Costa. Materialismo Universitário. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 out. 2007.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MONTEIRO, Paulo Felipe. As artes: várias vidas, várias mortes. In: ANTELO, Raul (Org.). *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Santa Catarina: Abralic/ Letras Contemporâneas, 1998.
- MOREIRAS, Alberto. Condições da crítica latino-americanista. In: _____. *A exaustão da diferença: A política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MORICONE, Ítalo. Sublime da estética, corpo da cultura. In: ANTELO, Raul (Org.). *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Florianópolis: Abralic, Letras Contemporâneas, 1998.

MOURA, Flávio Rosa de. *Diálogos críticos: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. Tese (Mestrado) – Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

NATALI, Marcos Piason. Texto não publicado, apresentado na Jornada de Pesquisa FFLCH, 21/05/07.

OLMOS, Ana Cecilia Arias. *Revistas Culturales de la transición: prácticas políticas y estrategias de intervención cultural - una lectura comparada de Punto de vista y Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

RAMOS, Ana Rosa Neves. Estudos culturais e expressões identitárias. In: ANDRADE, Ana Luíza; CAMARGO, Maria Lucia de Barros; ANTELO, Raul (Orgs.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: Abralic/Chapecó: Griffos, 1999.

SCHOLHAMMER, Karl Erik. *Estudos culturais: os novos desafios para a teoria da literatura*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. Literatura y valor. In: ANDRADE, Ana Luíza; CAMARGO, Maria Lucia de Barros; ANTELO, Raul (Orgs.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: Abralic/Chapecó: Griffos, 1999. p. 298.

_____. Conversa sobre duas meninas. In: _____. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SISCAR, Marcos. O discurso da História na Teoria Literária Brasileira. In: SANTOS, Alcides Cardoso; DURÃO, Fábio Ackelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (Orgs.). *Desconstruções e contextos nacionais*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

Submetido em: 29/10/2009

Aceito em: 11/01/2010